



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

RAÍZES DO TEMPO

Documentário sobre o processo de envelhecimento na Zona Rural de
Campo Grande/MS

MARIA EDUARDA SCHINDLER

Campo Grande
NOVEMBRO/2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RAÍZES DO TEMPO
Documentário sobre o processo de envelhecimento na Zona Rural de
Campo Grande/MS

MARIA EDUARDA SCHINDLER

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientador(a): Prof. Dra. Taís Marina Tellaroli Fenelon

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: As raízes do tempo: documentário sobre o processo de envelhecimento na zona rural de Campo Grande.

Acadêmica: Maria Eduarda Schindler

Orientadora: Taís Marina Tellaroli Fenelon

Data: 26/11/2025

Banca examinadora:

1. Silvio da Costa Pereira
2. Fabiano da Silva Reis

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: Colocar no documentário os créditos finais faltantes e no relatório realizar os apontamentos citados pela banca.

Campo Grande, 26 de novembro de 2025.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Taís Marina Tellaroli Fenelon, Professora do Magistério Superior**, em 26/11/2025, às 15:01, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 26/11/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6017648** e o código CRC **5A051D87**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 6017648



AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus avós, Vó Vera, Vô Arlindo e Vó Cema, que juntos construíram o que conheço como família e como amor. Foram eles que me ensinaram o verdadeiro significado de pertencimento, respeito e afeto. Todos os princípios que norteiam a minha vida nasceram a partir dos seus exemplos silenciosos e da força que cada um carrega em sua trajetória.

Não posso deixar de mencionar Dona Romilda, minha bisavó e a base de tudo. Bisa, quando a senhora foi diagnosticada com Alzheimer, deixei de ser reconhecida como sua bisneta, mas a senhora jamais deixou de ser a minha bisavó. Sua presença permanece em mim nas memórias, nos gestos e na essência daquilo que sou.

Agradeço, com a mais profunda gratidão, aos meus pais, Alessandro e Valéria, que me ensinaram desde cedo o valor da terra, do trabalho e da honestidade. Esta caminhada só foi possível porque vocês nunca mediram esforços para tornar minha vida mais leve e meus sonhos possíveis. Espero ser digna de honrar a trajetória de vocês, seguir com a bravura e a firmeza do meu pai, e com a doçura e a generosidade da minha mãe.

Estendo esta dedicatória aos meus irmãos, Carolina e Ricardo, que são o maior presente que a vida me deu. Nunca seria capaz de desejar ser filha única e abrir mão da dívida de compartilhar a vida com vocês. São a minha força, a minha alegria e o meu abrigo. Muitas vezes, foi o amor de vocês que me curou. Estarei sempre na primeira fileira, aplaudindo cada conquista e torcendo por cada sonho que ainda está por vir.

Agradeço também a toda a minha família, tios, tias, padrinho, madrinhas, primos e primas, pois a união que nos mantém juntos é o que impulsiona a continuar mesmo diante das adversidades.

Ao meu namorado, Eric, que desde o início acreditou em mim e me lembrou do potencial que eu mesma havia esquecido. Obrigada por caminhar ao meu lado com paciência, amor e companheirismo. Que possamos seguir celebrando as nossas conquistas e construindo, juntos, novos capítulos da nossa história.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



Quando cheguei a Campo Grande, não conhecia ninguém. Tive, porém, a sorte e a graça de encontrar as pessoas certas. À Rafaella, agradeço por ter me acolhido como família, nos almoços de Páscoa e nas ceias de Natal. Sua amizade foi abrigo e constância. Obrigada por permanecer, por ser confidente e por continuar presente mesmo após tantos anos. Nos altos e baixos da faculdade, encontrei em Bruna uma amiga que soube me lembrar quem eu era quando eu mesma já havia esquecido. Obrigada por segurar minha mão nos momentos em que a queda parecia certa e por enxergar em mim algo que eu ainda não sabia existir. A vida tem o dom de levar e trazer pessoas, e essa é a beleza das relações; mas permanecer também é um gesto raro, e vocês duas permaneceram.

Dedico este trabalho também a João Vitor, meu braço direito durante as filmagens, que enfrentou comigo o desafio de transformar sonho em realidade, caminhando, literalmente, quilômetros em meio à lama, com paciência e entusiasmo. Sua parceria foi essencial para que o documentário ganhasse vida.

Acredito que não há jornalismo sem empatia, e essa convicção foi construída ao longo dos anos de graduação, guiada pelo exemplo de professores que ensinaram um jornalismo ético, humano e comprometido com o bem coletivo. A cada aula, a cada orientação e a cada palavra de incentivo, o meu mais singelo obrigada. Estendo meus agradecimentos à minha orientadora, professora Taís. Obrigada por mostrar como o audiovisual pode ser feito com delicadeza e empatia.

Por fim, agradeço à vida pela sorte de ter encontrado, no jornalismo, mais do que uma profissão, uma paixão. Trabalhar com aquilo que me move é um privilégio, e este projeto é a expressão mais sincera dessa paixão. É uma homenagem às minhas raízes, à minha família e a todos que, de alguma forma, me ensinaram que o tempo pode até passar, mas o amor, quando plantado, permanece.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



“O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter.”

Cláudio Abramo

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

Resumo	9
Introdução	10
1. Atividades desenvolvidas	13
1.1 Produção e filmagens	16
1.2 Dificuldades encontradas	17
1.3 Objetivos alcançados	19
2. Revisão Teórica	22
2.1 Envelhecimento e velhice	22
2.1.1 Dimensões biológicas, sociais e psicológicas do envelhecimento	22
2.1.2 Envelhecimento ativo e desafios enfrentados por idosos no Brasil	25
2.1.3 Política públicas para a terceira idade	27
2.2 Ruralidade no campo brasileiro	28
2.2.1 Lugar do idoso na agricultura familiar	30
2.3 Identidade, memória e narrativa	33
2.4 Documentário como produto jornalístico	35
3. Considerações finais	39
4. Referências	41
5. Anexos	44
5.1 Roteiro	45
5.2 Pôster de divulgação	47

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO



RESUMO:

O documentário *Raízes do Tempo* propõe uma imersão sensível e jornalística no processo de envelhecimento no campo, com foco em um produtor rural da agricultura familiar na região de Campo Grande (MS). A obra busca refletir sobre as transformações sociais, econômicas e afetivas que permeiam a vida desse trabalhador, cuja trajetória se entrelaça à própria história da terra e da produção rural sul-mato-grossense. A partir das vivências de Manoel — agricultor idoso que permanece ativo em sua lida —, o filme revela as relações entre memória, trabalho e pertencimento, mostrando como o envelhecer no campo carrega tanto desafios quanto significados identitários profundos. O produto combina elementos do jornalismo documental e do lirismo poético para construir uma narrativa que ultrapassa a simples observação, convidando o espectador à escuta atenta e à valorização da experiência humana no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: documentário; envelhecimento; agricultura familiar; campo; identidade rural; memória; Mato Grosso do Sul.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano constitui um dos fenômenos mais complexos e multifacetados da contemporaneidade. Longe de ser um simples processo biológico, ele representa uma construção social, cultural e simbólica que reflete a forma como cada sociedade compreende o tempo, o corpo e o valor da experiência. O aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade, fenômenos observados nas últimas décadas, configuram uma profunda transformação demográfica, cujos efeitos se estendem às dimensões econômica, política e cultural.

No Brasil, segundo dados do último Censo Demográfico¹, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população com 60 anos ou mais ultrapassa 32 milhões de pessoas, correspondendo a cerca de 15,8% da população total. Essa mudança, que em 1980 representava apenas 6,1%, expressa não apenas a melhoria nas condições de saúde e nos padrões de vida, mas também o desafio de uma sociedade que ainda se encontra despreparada para lidar com o envelhecimento como uma etapa plena da existência humana.

Sob esse cenário, a velhice não pode ser compreendida apenas como um período de declínio físico, mas como um tempo de ressignificações. A filósofa Beauvoir (1970), em sua obra *A velhice*, propõe um olhar crítico sobre o modo como as sociedades modernas lidam com seus idosos, ressaltando que a exclusão simbólica e social da pessoa idosa é reflexo direto de uma cultura que valoriza a juventude, a produtividade e a aparência. Para ela, o velho é aquele que, ao perder o status de sujeito produtivo, passa a ser visto como resto de um tempo passado. Essa crítica é particularmente relevante quando relacionada ao contexto brasileiro, em que a velhice se manifesta de forma desigual entre classes sociais, regiões e modos de vida.

O envelhecimento no Brasil não é um fenômeno homogêneo. A forma como se envelhece depende das condições materiais, do acesso a políticas públicas e do território em que se vive. Nesse sentido, o envelhecimento rural apresenta características próprias, distintas daquelas observadas no meio urbano. Nos pequenos municípios e comunidades agrícolas, a velhice é atravessada por relações comunitárias, vínculos com a terra e

¹ [O último Censo Demográfico Brasileiro foi realizado em 2022, cerca de três anos atrás.](#)



práticas de trabalho que permanecem ativas mesmo após a aposentadoria formal. Segundo o IBGE (2022), os municípios com até cinco mil habitantes, em sua maioria rurais, possuem atualmente mais idosos do que crianças: são 107 idosos para cada 100 pessoas de até 14 anos. Essa inversão etária é resultado direto do êxodo rural², fenômeno que transformou o campo em um espaço predominantemente envelhecido.

Mas a velhice no campo não se reduz a uma narrativa de perda ou de abandono. Ela também é expressão de resistência. Como observam Bosi (1994) e Beauvoir (1970), o envelhecimento pode se tornar um tempo de memória, de transmissão de saberes e de reafirmação da identidade. No meio rural, muitos idosos permanecem vinculados às suas propriedades, cultivando, cuidando dos animais e preservando práticas que garantem a continuidade cultural do país.

Ao envelhecer na terra em que nasceram ou trabalharam por décadas, esses sujeitos não apenas resistem ao esquecimento, mas também se tornam guardiões de uma memória coletiva que sustenta as comunidades agrícolas. A obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (Bosi, 1994) enfatiza essa dimensão ao destacar que o idoso desempenha uma função social única: a de lembrar, isto é, de ser a memória viva da família, do grupo e da sociedade.

Dessa forma, compreender o envelhecimento rural exige ir além das abordagens demográficas ou biomédicas. É necessário situá-lo no contexto histórico e social do campo brasileiro, marcado por profundas transformações ao longo do século XX.

Ao longo das últimas décadas, a dualidade entre o rural e o urbano tem se diluído, mas as desigualdades persistem. Enquanto as cidades oferecem maior acesso a serviços de saúde, lazer e assistência, elas também impõem isolamento e perda de vínculos comunitários. No campo, as redes de apoio se estruturam de maneira diferente: baseiam-se na reciprocidade, na amizade e na identidade coletiva. Pignatti, Barsaglini e Senna (2011) observam que a solidariedade e o parentesco funcionam como mecanismos de sustentação social no meio rural, compensando, em parte, a ausência do Estado. No entanto, essa mesma estrutura se fragiliza diante do envelhecimento populacional e da

² O êxodo rural é conhecido como o fenômeno de migração de pessoas da zona rural para a urbana. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), aponta que de 1950 a 1990, um a cada três brasileiros deixou o local onde nasceram em busca de oportunidades em grandes centros urbanos (EMBRAPA, 2018, p. 41).



ausência de políticas públicas específicas. A distância dos centros de saúde, o transporte precário e a falta de sucessão familiar tornam a velhice rural um desafio cotidiano.

Nesse cenário, torna-se relevante o papel do documentário jornalístico como ferramenta de investigação e valorização social. O produto “Raízes do Tempo”, elaborado como parte deste Trabalho de Conclusão de Curso, propõe um olhar sensível sobre o processo de envelhecimento no campo, tomando como foco um agricultor familiar idosos residente na região de Campo Grande (MS).

Ao registrar essa trajetória, o documentário se coloca como instrumento de mediação entre o jornalismo e as ciências humanas. Este trabalho não se limita a informar, mas busca compreender e fazer compreender. Como observa Ramos (2010), o documentário é uma forma de escuta social: dá voz ao outro e, ao mesmo tempo, devolve à sociedade uma imagem de si mesma.



1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O início deste projeto foi marcado por um processo longo e, em muitos momentos, turbulento, influenciado por questões pessoais que impactaram diretamente o ritmo das etapas iniciais. A concepção da ideia surgiu no ano de 2023, durante a disciplina Mídias, Sistemas e Cidadania, ministrada pelo Professor Doutor Marcos Paulo da Silva. No decorrer das aulas, o docente propôs como atividade avaliativa a realização de entrevistas com pessoas idosas, com o intuito de compreender como elas haviam vivenciado o processo de transformação social e tecnológica das últimas décadas.

O trabalho, à primeira vista, tinha caráter pontual e avaliativo, mas despertou um desejo maior. Vi nela a possibilidade de relacionar o tema ao percurso que vinha trilhando ao longo da graduação, com produções majoritariamente voltadas ao jornalismo rural e às dinâmicas socioculturais do campo. Desde o início da formação, direcionei meus trabalhos para temas ligados à agricultura familiar, à vida comunitária rural e ao papel do produtor na construção da identidade regional. Por isso, percebi que o envelhecimento no meio rural poderia se tornar o eixo de uma narrativa que unisse memória, identidade e jornalismo, preservando a essência humana que permeia a vida no campo.

Paralelamente à minha trajetória acadêmica, desenvolvi experiências profissionais que me aproximaram do radiojornalismo, especialmente no contexto rural. Essa vivência ampliou minha compreensão sobre a importância da oralidade, da escuta e da memória no jornalismo. Assim, decidi que, para o Trabalho de Conclusão de Curso, seria importante experimentar uma linguagem que unisse a rigorosidade jornalística à sensibilidade estética, explorando uma dimensão que ainda não havia experimentado na graduação: o documentário audiovisual. A escolha do formato foi motivada tanto pelo desejo de me desafiar quanto pela intenção de produzir um conteúdo que transcendesse a simples informação, alcançando o público também pela emoção e pela imagem.

Após a definição do formato e do tema, iniciei um processo de afunilamento dos objetivos e delimitação do recorte geográfico. Considerando limitações logísticas, financeiras e de deslocamento, optei por realizar as filmagens na zona rural de Campo Grande (MS) e em comunidades próximas. Essa decisão permitiu manter a viabilidade do projeto, sem comprometer sua proposta conceitual. Para garantir que o documentário



não se afastasse de sua essência jornalística, busquei orientação com a Professora Doutora Taís Marina Tellaroli Fenelon, cuja experiência em comunicação audiovisual foi essencial para o desenvolvimento do roteiro e para a condução metodológica das entrevistas.

O processo de pré-produção envolveu a seleção de possíveis personagens. O primeiro contato foi com o senhor Dorvalino, de 80 anos, morador da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio. Tive a oportunidade de conhecê-lo em 2023, durante a cobertura de uma pauta da Embrapa Agropecuária Oeste, relacionada à entrega de cultivares de mandioca. O perfil de Dorvalino se encaixava perfeitamente na proposta do documentário: um idoso agricultor, com laços profundos com a terra e guardião de saberes tradicionais. No entanto, problemas técnicos durante as gravações inviabilizaram o uso do material, levando-me a buscar novos personagens.

Em seguida, estabeleci contato com Maria da Penha, de 65 anos, moradora do Assentamento Monjolinho, que havia sido fonte em uma reportagem sobre o uso do barbatimão na produção de cosméticos naturais. Apesar de termos combinado uma data para a gravação, imprevistos relacionados à saúde da entrevistada impediram a continuidade do projeto com ela. Esses contratempos mostraram a dificuldade de acesso e disponibilidade de fontes idosas em áreas rurais — um desafio comum no jornalismo de campo, especialmente quando se trata de comunidades afastadas.

Diante desses obstáculos, entrei em contato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MS), buscando indicações de idosos assistidos pela instituição que pudessem participar do documentário. Através dessa parceria, cheguei até Josefa da Silva, moradora do Assentamento Estrela. Após algumas conversas por aplicativo de mensagens, agendamos uma visita para a gravação. No entanto, ao chegar ao local, a dona Josefa declinou da entrevista, transferindo a responsabilidade para o marido, senhor Manoel Lucas da Silva, de 69 anos, que se mostrou receptivo e disposto a participar.

A entrevista com o senhor Manoel tornou-se o eixo central do documentário. Foram cerca de uma hora e 30 minutos de conversa, em que ele relatou sua trajetória desde a juventude em Mato Grosso, a migração para o atual Mato Grosso do Sul e o



longo período de 16 anos acampado até conquistar sua pequena propriedade rural. O relato abrangeu também temas como o envelhecimento, o trabalho e a convivência com doenças crônicas, como a diabetes, que hoje limitam parte de suas atividades. A opção por concentrar a narrativa em um único personagem surgiu da tentativa de aprofundar a construção da trajetória de Manoel, enriquecida pela contribuição de um especialista em envelhecimento.

O cientista social Eduardo Ramirez Meza, fundador do programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi o especialista escolhido. Apresentei o projeto e o perfil do personagem principal, e ele aceitou contribuir como fonte especializada. As gravações foram realizadas na própria UFMS. Devido ao calor intenso no dia da entrevista e a falhas técnicas no microfone, optamos por filmar em ambiente interno, o que resultou em um enquadramento diferente das demais cenas, mas necessário para garantir a qualidade do som e a segurança do material.

Com todas as entrevistas concluídas, iniciei o processo de roteirização, guiado pela intenção de construir uma narrativa que intercalasse o depoimento do senhor Manoel e as reflexões do Eduardo, de modo a aliar a vivência empírica ao olhar científico sobre o envelhecimento. A estrutura final foi organizada em três eixos principais: O Tempo, A Terra e A Memória.

No primeiro, o personagem narra sua história de vida e o percurso até chegar ao assentamento. No segundo, aborda sua relação afetiva e laboral com a terra, símbolo da resistência e da identidade camponesa. Por fim, no terceiro ato, reflete sobre o passado, o presente e o futuro, estabelecendo uma ponte entre a memória e o envelhecer.

Como elemento poético, inseri a voz de minha avó, Dona Vera, recitando um trecho do poema de Manoel de Barros, poeta sul-mato-grossense. A escolha foi inspirada em uma entrevista concedida pelo escritor em 2007, na qual afirmou que “O tempo só anda de ida. A gente nasce, cresce, envelhece e morre. Pra não morrer é só amarrar o tempo no poste. Eis a ciência da poesia: amarrar o tempo no poste!”. Essa citação sintetiza o propósito do documentário: registrar histórias de vida como forma de “amarrar



o tempo”, valorizando a experiência e a memória daqueles que construíram o campo e, por consequência, o país.

Assim, o nome “Raízes do Tempo” nasceu com o propósito de “amarrar o tempo no poste”, registrando a vida de quem testemunhou o passar das estações, os ciclos da terra e as transformações sociais do Brasil rural.

1.1 Produção e filmagens

A etapa de filmagens foi realizada com recursos técnicos limitados, exigindo planejamento rigoroso e criatividade na execução. O transporte até o Assentamento Estrela foi uma das primeiras barreiras enfrentadas, uma vez que não possui veículo próprio e resido sozinha em Campo Grande. Para viabilizar as locomoções, contei com o apoio de Getúlio, colega de trabalho que se dispôs a realizar o deslocamento mediante o custeio do combustível. As gravações foram realizadas aos domingos, respeitando a disponibilidade do motorista e dos colegas que colaboraram na produção — João Vitor, Naomy e Lorena, que atuaram no apoio técnico e logístico.

As filmagens no assentamento foram conduzidas de forma simples, mas cuidadosa, priorizando a autenticidade do ambiente rural. Utilizei uma câmera DSLR, um microfone direcional e um tripé, equipamentos que garantiram estabilidade e clareza na captação. A luz natural foi o principal recurso estético, especialmente durante o nascer e o pôr do sol, momentos escolhidos para representar visualmente o ciclo do tempo, metáfora central da narrativa.

Durante as entrevistas, mantive uma postura de escuta atenta, permitindo que o personagem conduzisse o próprio ritmo da fala. Essa metodologia, inspirada nos princípios da história oral (Bosi, 1994; Thomson, 2000), foi essencial para captar não apenas informações, mas também emoções, silêncios e pausas significativas.

A montagem visual buscou valorizar o tempo lento do campo, contrapondo-se à velocidade das cidades e das narrativas jornalísticas convencionais. O ritmo das imagens foi pensado para reforçar o tom reflexivo e poético do documentário. As tomadas contemplativas do ambiente, como o vento passando pelo milharal ou o movimento das



mãos do entrevistado enquanto fala, foram inseridas como elementos de respiro entre os depoimentos.

Após as gravações, iniciei o processo de edição, optando por realizar todas as etapas pessoalmente. Essa decisão partiu tanto de uma questão prática — a ausência de recursos para terceirização — quanto do desejo de manter controle autoral sobre o produto final. Utilizei o software *Adobe Premiere Pro* para organizar e selecionar as sonoras, e o *CapCut Pro* para a montagem final, edição de áudio e inserção de efeitos visuais.

As entrevistas ultrapassaram uma hora de duração cada, o que demandou tempo e atenção na seleção dos trechos mais significativos. A narrativa foi construída com o objetivo de manter o equilíbrio entre o conteúdo informativo e o tom poético, característica essencial do projeto. A trilha sonora, composta por sons ambientes e leves acordes instrumentais, reforçou a atmosfera do campo e a serenidade do envelhecer.

O resultado final foi um curta-metragem documental que, embora modesto em recursos, buscou alcançar profundidade estética e sensibilidade humana. A construção audiovisual de “Raízes do Tempo” foi pensada não apenas como produto de conclusão de curso, mas como instrumento de valorização da história de vida de um idoso rural — sujeito que, muitas vezes, permanece invisível nas narrativas midiáticas tradicionais.

1.2 Dificuldades Encontradas

A produção do documentário foi atravessada por inúmeros desafios, tanto técnicos quanto humanos. O primeiro deles foi de ordem pessoal: conciliar as demandas do trabalho, da vida acadêmica e da execução do projeto. Essa sobreposição de responsabilidades exigiu planejamento constante e readequação de cronogramas. Em diversos momentos, a distância entre o ideal projetado e as condições reais impôs a necessidade de improvisar e adaptar.

As questões logísticas representaram outro obstáculo significativo. A ausência de veículo próprio dificultou o deslocamento até as zonas rurais, restringindo as opções de locação e de escolha de personagens. A dependência de terceiros para o transporte limitou os horários e as datas disponíveis para filmagem. Além disso, o custo com



combustível, equipamentos e assinaturas de software de edição (como o *CapCut Pro*) impactou diretamente o orçamento do projeto, que foi financiado integralmente com recursos pessoais.

Durante a fase de campo, também enfrentei imprevistos técnicos, como falhas no microfone direcional e perda de parte do áudio durante uma das entrevistas. Esses episódios reforçaram a importância da redundância na captação de som e da adaptação às circunstâncias. Outro ponto desafiador foi o clima extremo no dia das gravações com o especialista Eduardo Meza, que inviabilizou a gravação em área externa, levando à escolha de um ambiente interno com iluminação artificial, recurso que, embora destoasse visualmente das demais cenas, garantiu a integridade do material sonoro.

No campo humano, o maior desafio foi o acesso aos personagens. A disponibilidade de agricultores idosos dispostos a participar de um documentário é limitada, especialmente quando se trata de temas pessoais, como o envelhecimento. Muitos demonstraram resistência inicial, seja por timidez, desconfiança ou receio da exposição. Esse processo exigiu paciência, escuta e empatia, elementos fundamentais para construir vínculos de confiança e obter depoimentos autênticos.

Outro ponto de reflexão foi o desgaste emocional envolvido no contato com histórias de vida permeadas por esforço, resistência e perda. Ouvir relatos de pessoas que dedicaram décadas ao trabalho na terra e hoje enfrentam limitações físicas e financeiras provocou um impacto pessoal profundo. Em muitos momentos, o desafio foi equilibrar o olhar jornalístico com a sensibilidade necessária para lidar com temas tão íntimos.

Apesar das dificuldades, cada obstáculo contribuiu para o amadurecimento profissional e pessoal. A produção de “Raízes do Tempo” consolidou em mim a percepção de que o jornalismo, especialmente em sua vertente documental, é também um exercício de humanidade. Registrar o envelhecimento no campo é mais do que narrar fatos: é preservar memórias, reconhecer saberes e dar visibilidade a sujeitos que sustentam silenciosamente a história do país.

Em síntese, as dificuldades enfrentadas (sejam técnicas, logísticas ou emocionais) não diminuíram a experiência, mas a tornaram mais significativa. Elas reafirmaram a



importância do rigor metodológico, da ética da escuta e da resiliência criativa como pilares de qualquer produção jornalística. O resultado final reflete não apenas o cumprimento de um objetivo acadêmico, mas a realização de um projeto profundamente humano, comprometido com a valorização das raízes e com a poética do tempo vivido.

1.3 Objetivos Alcançados

A proposta central deste Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentar, por meio de um documentário audiovisual, como vive uma pessoa idosa residente na zona rural de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, e como se manifesta o processo de envelhecimento nesse contexto específico. Ao longo do desenvolvimento do projeto, os objetivos estabelecidos foram alcançados de forma parcial, tanto no aspecto teórico quanto na dimensão prática da produção. A construção do documentário “Raízes do Tempo” proporcionou uma imersão na realidade do envelhecer no campo de uma pessoa, revelando nuances sociais, culturais e afetivas que muitas vezes permanecem invisíveis na cobertura jornalística convencional.

O objetivo de apresentar o modo de vida e as vivências dos idosos rurais foi atingido através da escolha metodológica de dar voz aos protagonistas de suas próprias histórias. O senhor Manoel Lucas da Silva, agricultor familiar do Assentamento Estrela, tornou-se o eixo central da narrativa, permitindo que o público compreendesse o envelhecimento a partir de uma perspectiva subjetiva e humanizada. A decisão de construir o documentário sem narração e com foco nas sonoras espontâneas do personagem, permitiu que o espectador percebesse as expressões, as pausas e o ritmo natural da fala como elementos narrativos. Dessa forma, foi possível retratar a velhice não como uma etapa de perda, mas como um processo contínuo de resistência, sabedoria e pertencimento.

O objetivo de retratar o processo de envelhecimento do agricultor familiar e o acesso às políticas públicas voltadas a um envelhecer saudável foi contemplado a partir das falas dos entrevistados e da análise teórica que embasou o roteiro. A fala do cientista social Eduardo Ramirez Meza, complementou a experiência de vida do senhor Manoel com uma abordagem acadêmica e institucional. Sua contribuição permitiu compreender



que as políticas públicas ainda são insuficientes no atendimento das necessidades da população idosa rural, especialmente no que diz respeito ao acesso à saúde, transporte e lazer. O contraste entre o discurso teórico e a vivência prática revelou a disparidade existente entre as políticas de envelhecimento e sua efetividade no campo, o que reafirma a importância de um olhar mais sensível e direcionado para essa parcela da população.

Já o objetivo de entender como é o processo de envelhecimento para quem escolhe permanecer no campo foi alcançado parcialmente, já que teve apenas uma fonte. As narrativas evidenciaram que o ato de “ficar” é, para muitos, um gesto de resistência cultural e emocional. Permanecer na terra representa não apenas apego ao território, mas também uma forma de manter a identidade construída ao longo da vida. O senhor Manoel relatou que, mesmo enfrentando limitações físicas e o avanço da idade, sente-se pertencente ao espaço rural, onde encontra sentido e dignidade no cotidiano. Essa relação com o lugar demonstra que o envelhecimento no campo não é apenas biológico, mas profundamente simbólico, marcado pela conexão entre o tempo, a terra e a memória. O documentário, ao captar essa dimensão afetiva, cumpriu o papel de ampliar o entendimento sobre o envelhecer como um fenômeno social e existencial.

Ficou evidente que os idosos do campo desenvolvem mecanismos próprios para lidar com as limitações impostas pelo envelhecimento. Esses mecanismos envolvem a manutenção de rotinas produtivas, o cultivo de pequenas plantações, a convivência com vizinhos e familiares e a participação em atividades comunitárias locais. O apoio da família e das redes sociais de convivência mostrou-se fundamental para o bem-estar emocional desses indivíduos. Além disso, observou-se um processo gradual de adaptação tecnológica, especialmente em situações mediadas por instituições como o SENAR, que introduzem o uso de aplicativos e ferramentas digitais para o aprendizado e a comunicação. Embora ainda restrito, esse contato com a tecnologia demonstra uma capacidade de reinvenção e uma busca por integração às novas formas de sociabilidade.

Através da análise dos depoimentos e da montagem do documentário, foi possível compreender que o envelhecimento rural é um fenômeno que exige mais do que políticas públicas; ele demanda reconhecimento social e valorização simbólica. O documentário cumpriu o papel de contribuir para esse reconhecimento, ao visibilizar a figura do idoso



do campo como sujeito histórico e ativo, portador de saberes que sustentam a identidade rural de Mato Grosso do Sul. As imagens e falas registradas no curta-metragem revelam que envelhecer no campo é também preservar a história, a cultura e os modos de vida que moldaram o território sul-mato-grossense, já que Manoel é alagoano e passou por outros locais até chegar no estado, cenário muito comum de outros sul-mato-grossenses.

O projeto demonstrou que o jornalismo, acima de todos os seus significados, é um instrumento de transformação social, capaz de iluminar realidades pouco exploradas e de reafirmar a importância da memória como forma de existência. A experiência consolidou não apenas o aprendizado técnico e teórico, mas também o compromisso ético de produzir jornalismo com olhar humano, sensível e comprometido com a verdade das histórias que o tempo insiste em preservar.



2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Envelhecimento e velhice

O envelhecimento pode ser compreendido como um fenômeno que ultrapassa o aspecto biológico e se insere nas dinâmicas sociais, culturais e econômicas de cada contexto (Beavouir, 1970). Nas sociedades urbanas e industrializadas, é comum que a velhice seja associada à improdutividade e ao afastamento da vida pública, o que contribui para processos de invisibilidade social. Em contrapartida, no meio rural brasileiro, especialmente em pequenas comunidades onde os vínculos comunitários são fortes, muitos idosos permanecem ativos, transmitindo saberes, cuidando da terra e participando de práticas coletivas. Essa presença revela que o envelhecer assume sentidos diferentes conforme o território, evidenciando que a velhice pode ser marcada tanto pela exclusão quanto pela continuidade de papéis sociais significativos.

A velhice também pode ser entendida como uma fase de intensa produção simbólica, na qual a memória se torna elemento central para a construção da identidade individual e coletiva. Ao recordar experiências, manter tradições e compartilhar histórias, pessoas idosas reafirmam seu pertencimento e fortalecem laços comunitários, especialmente em ambientes rurais onde a transmissão oral possui grande importância. Apesar dos desafios enfrentados, como a falta de políticas públicas, o acesso limitado a serviços e as desigualdades sociais, muitos idosos do campo resistem ao apagamento e reafirmam sua relevância social. Assim, a velhice deixa de ser vista apenas como perda e passa a ser reconhecida como um período de transformação, continuidade e contribuição para a preservação cultural.

2.1.1 Dimensões biológicas, sociais e psicológicas do envelhecimento

Beauvoir, em sua obra *A velhice* (1970), propõe compreender o envelhecimento como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões biológicas, sociais e subjetivas. A autora critica a maneira como as sociedades tendem a excluir seus idosos da vida ativa e simbólica, reduzindo-os a uma condição de marginalidade. Nesse sentido, afirma que “o homem idoso, improdutivo e impotente, se vê como uma sobra de uma



época anterior” (Beauvoir, 1970, p. 435), evidenciando uma cultura que valoriza prioritariamente a juventude, a produtividade e a aparência física. Sua reflexão aponta para a necessidade de compreender a velhice como uma construção social e não apenas como um processo natural inevitável.

Ao relacionar esse debate com o contexto do envelhecimento no campo, tema do documentário analisado neste trabalho, observa-se que as dinâmicas rurais apresentam especificidades que contrastam com o cenário urbano. Em muitos territórios rurais, os idosos permanecem ativos, ligados ao trabalho com a terra, à manutenção de pequenas propriedades e à transmissão de conhecimentos intergeracionais. Diferentemente dos grandes centros urbanos, onde a velhice frequentemente se torna invisível, o meio rural pode favorecer a permanência dos idosos em papéis de continuidade, pertencimento e interação comunitária.

A discussão proposta por Beauvoir adquire maior profundidade quando articulada aos dados recentes do Censo Demográfico de 2022. Segundo o IBGE, em 2023 o Brasil possui aproximadamente 32,11 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 15,8% da população total. Em 1980, esse grupo equivalia a 6,1%, com cerca de 7,38 milhões de idosos. Essa mudança evidencia um rápido processo de envelhecimento populacional que impõe desafios às políticas públicas e às narrativas sociais vigentes. Paralelamente, a proporção de crianças de até 14 anos diminuiu de 38,2% em 1980 para 19,8% em 2022 (IBGE, 2023), indicando uma inversão da pirâmide etária que tende a se acentuar nas próximas décadas.

Essas transformações, entretanto, não se distribuem de forma homogênea pelo território brasileiro. Municípios com até 5 mil habitantes, predominantemente rurais, apresentam os maiores índices de envelhecimento do país, com 107 idosos para cada 100 crianças de até 14 anos (IBGE, 2023). Tal realidade revela um processo muitas vezes negligenciado, marcado pelo êxodo de jovens em busca de oportunidades em centros urbanos. Os idosos que permanecem nesses locais assumem o papel de guardiões de práticas agrícolas, da memória coletiva e de modos de vida que resistem à homogeneização urbana.



Nesse contexto, torna-se necessário reconhecer que o envelhecimento rural envolve desafios específicos, como a distância dos serviços de saúde, a dificuldade de acesso à previdência e a ausência de políticas públicas direcionadas ao campo. Entretanto, esses obstáculos coexistem com formas de envelhecer que se contrapõem ao discurso de inutilidade associado à velhice. Beauvoir observa que, em diferentes épocas e culturas, “os animais idosos e mais experimentados gozam de prestígio; eles transmitem aos demais informações adquiridas ao longo de sua experiência” (Beauvoir, 1970, p. 182). De modo semelhante, muitos agricultores familiares idosos continuam compartilhando técnicas, histórias e visões de mundo que contribuem para a sustentabilidade local e para a preservação da cultura alimentar.

Outro elemento fundamental da análise de Beauvoir diz respeito à dimensão subjetiva da velhice. A autora argumenta que o idoso se percebe como alguém com projetos futuros inexistentes, recorrendo ao passado para reafirmar a identidade. Nas suas palavras, “isso foi o tempo que pertencia a ele, o tempo em que ele se via como um indivíduo de primeira classe, um ser vivo” (Beauvoir, 1970, p. 435). No contexto rural, essa relação com a memória é frequentemente valorizada e compartilhada por meio de narrativas que preservam tradições locais, festas comunitárias e experiências relacionadas ao trabalho com a terra.

Beauvoir também critica a recusa da sociedade em reconhecer-se na figura do idoso. Essa rejeição representa um medo coletivo da finitude e se expressa na exclusão simbólica daqueles que já envelheceram. Diante do acelerado envelhecimento demográfico brasileiro, essa postura torna-se ainda mais problemática. Repensar o lugar social da pessoa idosa, especialmente no campo, é indispensável para compreender a velhice como elemento constitutivo da identidade coletiva e da produção cultural.

A incorporação dessas reflexões ao contexto brasileiro permite reforçar a compreensão de que a velhice ultrapassa os limites biológicos e constitui uma forma de resistência, sobretudo no meio rural. A permanência dos idosos em suas terras é um gesto que reafirma vínculos de pertencimento, preserva modos de vida e mantém vivas práticas culturais transmitidas entre gerações. Suas narrativas e rotinas expressam um tempo que permanece e que necessita ser documentado, valorizado e respeitado.



2.1.2 Envelhecimento ativo e desafios enfrentados por idosos no Brasil

O envelhecimento populacional acelerado no Brasil exige novas formas de compreender, relatar e vivenciar a velhice. Considerando-se a perspectiva de Beauvoir (1970), que identifica a velhice como construção social atravessada por estigmas de improdutividade e exclusão, observa-se que tais concepções se intensificam quando relacionados às desigualdades regionais do país. Nesse cenário, o envelhecer no campo constitui uma realidade que contraria discursos hegemônicos e torna-se um terreno fértil para a análise proposta por Bosi.

Em *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994), Bosi propõe um olhar cuidadoso para a velhice, entendendo-a não apenas como uma fase da vida marcada por perdas, mas como um espaço de resistência simbólica. A autora enfatiza que:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: nesse momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. [...] Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e de lembrar bem. (Bosi, 1994, p. 63).

Essa função social, muitas vezes esquecida no meio urbano, torna-se protagonista no meio rural, onde o idoso frequentemente permanece vinculado à terra e à comunidade, transmitindo saberes ancestrais, técnicas agrícolas e narrativas focadas na identidade.

A memória, nesse sentido, não se limita à recordação de fatos passados. Para Bosi (1994, p. 55), ela é atravessada por elementos coletivos, uma vez que “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar”. Essa memória coletiva, fortalecida pela oralidade e pela convivência comunitária, constitui parte essencial da formação cultural em áreas rurais. Entretanto, a autora reconhece que a sociedade moderna, orientada pela técnica e pela burocracia, tem reduzido os espaços destinados à escuta das memórias, o que se evidencia quando observa que “decaiu a arte de contar histórias, talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências” (BOSI, 1994, p. 84).



A obra de Bosi (1994) também contribui para a compreensão do conceito de envelhecimento ativo, ainda que o termo não seja mencionado diretamente. O protagonismo social dos idosos, expresso pela participação afetiva, comunitária e produtiva, reflete elementos presentes nas reflexões da autora. No meio rural, essa participação permanece muitas vezes vinculada a atividades físicas e produtivas, como cultivo, colheita, preparo de alimentos e transmissão de técnicas (Embrapa 2018), aspectos observáveis nas experiências do agricultor familiar entrevistado no documentário.

Entretanto, a permanência ativa desses idosos ocorre em meio a desafios significativos, como a limitada oferta de políticas públicas voltadas ao campo, a dificuldade de acesso à saúde e a dependência de sistemas previdenciários frágeis. Bosi (1994, p. 24) observa que “o velho pobre é mais cedo velho, é mais duramente velho”, uma vez que a falta de recursos financeiros e de prestígio social intensifica os efeitos do envelhecimento. Essa realidade se reflete de maneira evidente entre idosos rurais que, apesar do desgaste físico e da ausência de reconhecimento institucional, sustentam práticas fundamentais para a sobrevivência das comunidades.

Contudo, a força da memória, destacada por Bosi e retomada neste estudo, atua como resistência ao apagamento social. Conforme observado por Rubem Alves (2005), as “memórias com vida própria” expressam a potência das narrativas individuais na construção de identidades coletivas. Ao registrar essas narrativas por meio do documentário, o jornalismo desempenha uma função social relevante ao recuperar vozes marginalizadas e valorizar experiências que, muitas vezes, permanecem fora dos discursos públicos dominantes.

Dessa forma, as contribuições de Beauvoir e Bosi (1970; 1994) permitem compreender a condição dos idosos brasileiros sob múltiplas dimensões e fornecem fundamentos teóricos para narrativas que buscam valorizar suas vivências. Em especial, tornam visíveis as experiências daqueles que envelhecem no campo, preservando saberes, práticas e memórias essenciais para a continuidade sociocultural.



2.1.3 Política públicas para a terceira idade

O processo de envelhecimento da população brasileira trouxe a necessidade de consolidar mecanismos jurídicos que assegurem condições de vida digna àqueles que chegam à velhice. Nesse contexto, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) se configura como um marco regulatório fundamental, pois reconhece homens e mulheres com 60 anos ou mais como sujeitos de direitos, determinando garantias específicas em diferentes esferas da vida social.

Logo em seu artigo 2º, o Estatuto estabelece que “o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral” (BRASIL, 2003, p. 13). Esse dispositivo explicita a necessidade de reconhecer a velhice como etapa plena da existência, não como tempo residual, mas como fase que merece ser vivida com liberdade e autonomia. A lei reforça, ainda, que cabe à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a responsabilidade compartilhada de efetivar tais direitos (BRASIL, 2003).

Apesar de sua abrangência, observa-se uma distância entre o previsto na legislação e as condições concretas vividas por muitos idosos, especialmente no campo. O artigo 15 do Estatuto assegura o direito à saúde “por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo atenção integral, universal e igualitária” (BRASIL, 2003, p. 17). Contudo, a realidade de agricultores familiares idosos é marcada pela dificuldade de acesso a serviços médicos, transporte precário e ausência de políticas públicas específicas para o meio rural.

Esse cenário dialoga com as reflexões de Simone de Beauvoir (1970), que denuncia o processo de marginalização da pessoa idosa em sociedades que associam valor unicamente à juventude e à produtividade. Ao mesmo tempo em que o Estatuto procura enfrentar esse estigma ao garantir direitos como o acesso ao trabalho, à cultura, ao lazer e à convivência comunitária (BRASIL, 2003, p. 21), sua aplicação prática ainda é frágil e desigual



No espaço rural, essa fragilidade se intensifica. O Estatuto, em seu artigo 10, assegura à pessoa idosa “proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade” (BRASIL, 2003, p. 15). Entretanto, a falta de estrutura em municípios pequenos e o esvaziamento das zonas rurais fazem com que a lei não alcance plenamente aqueles que continuam vivendo da agricultura familiar. Ainda assim, observa-se que esses idosos preservam práticas de trabalho e memória que lhes garantem protagonismo em suas comunidades, contrariando a lógica de exclusão denunciada por Beauvoir.

Em uma análise conjunta do Estatuto da Pessoa Idosa, da obra de Beauvoir e das memórias trazidas por Bosi, é possível compreender tanto os avanços quanto os desafios no tratamento social da velhice. Enquanto a legislação representa um avanço normativo ao assegurar direitos, a realidade rural expõe a distância entre o plano legal e a prática cotidiana. O documentário desenvolvido neste trabalho busca justamente evidenciar essa tensão, revelando as formas de resistência e de ressignificação do envelhecer entre agricultores familiares idosos

2.2 Ruralidade no campo brasileiro

Por muito tempo, o rural foi interpretado como espaço distante da modernidade urbana, marcado pela simplicidade e pelo isolamento, em oposição à cidade industrializada. Esse contraste cristalizou-se em estereótipos como o personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato em Urupês (1918), que simbolizava atraso, apatia e improdutividade. Com o tempo, essa visão passou a ser contestada, especialmente quando se tornou necessário compreender historicamente as ruralidades que moldam o envelhecimento no campo.

A partir da década de 1960, com a “Revolução Verde”³, a agricultura brasileira sofreu intensas transformações, impulsionadas pela mecanização e pela incorporação de tecnologias. Embora esses avanços tenham aumentado a produtividade, produziram

³ A “Revolução Verde” foi um movimento que iniciou em 1960 e representou um marco na reorganização dos sistemas de produção agrícolas, ao direcionar esforços científicos para a criação de tecnologias universais que maximizassem os rendimentos das culturas, com a combinação de sementes geneticamente melhoradas, uso intensivo de fertilizantes sintéticos e aplicação cíclica de agrotóxicos (Barros, 2010).



também efeitos sociais severos, como o êxodo rural e a desarticulação de comunidades, pois, como analisa Laubstein (2011, p. 92), “o modelo de desenvolvimento da agricultura gestado nas sociedades industriais e capitalistas resultou em ampla degradação ambiental, êxodo rural acelerado e marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial”. Assim, o campo deixou de ser encarado como território estático e passou a ser percebido como espaço de mudanças profundas.

Antes mesmo dessa modernização, autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz já defendiam uma leitura mais complexa do campesinato. *Em O campesinato brasileiro* (1973), ela definiu o camponês como produtor voltado à subsistência familiar, sustentado pela mão de obra doméstica e submetido a relações de dependência, concepção que corresponde hoje ao agricultor familiar. Essa perspectiva rompe com a ideia folclórica de atraso e destaca a organização social própria do meio rural

O avanço do capitalismo intensificou as interações entre rural e urbano. Lefebvre (1969, p. 17) observa que objetos e valores urbanos penetraram no campo, transformando formas de vida sem eliminar a ruralidade. A noção de “novo rural”, defendida por Abramovay (2000), reflete esse cenário ao apontar a diversificação econômica, a valorização cultural dos territórios e a incorporação de atividades não agrícolas. Wanderley (2000; 2001) reforça que o rural permanece dotado de singularidades e não pode ser compreendido como simples resíduo da sociedade urbana.

Embora marcado por transformações, o campo mantém elementos persistentes de sociabilidade, como a relação estreita com a natureza, a baixa densidade populacional e o interconhecimento, características destacadas por Mendras (1976). Essas dimensões ajudam a compreender por que, mesmo diante das mudanças tecnológicas e demográficas, o campo segue como espaço de pertencimento e identidade coletiva. No Brasil, a modernização gerou desigualdades, mas também ressignificações, permitindo a permanência de agricultores idosos que preservam modos de vida diante das pressões de mercado, fenômeno associado ao “renascimento rural” proposto por Kayser (2000).

Compreender a vida rural requer ir além das dicotomias entre tradição e modernidade, reconhecendo sua complexidade histórica e social. Essa leitura é essencial



para analisar o envelhecimento no campo, uma vez que os idosos vivenciaram diretamente essas transformações e mantêm práticas que conectam passado e presente

A modernização agrícola intensificou o êxodo rural, um dos fenômenos mais marcantes do século XX. Como identifica Castro (2019), investimentos estatais em tecnologia e crédito rural impulsionaram a produtividade, mas provocaram a exclusão dos pequenos produtores. Entre 1960 e 1980, mais de 27 milhões de brasileiros migraram para as cidades, segundo Camarano e Abramovay (1999), o que contribuiu para o envelhecimento e a masculinização do meio rural. Esse processo impactou serviços, redes comunitárias e a transmissão de saberes, levando muitas comunidades a dependerem da renda previdenciária dos idosos

Paralelamente, o êxodo estimulou reflexões sobre a ruralidade contemporânea. Autores como Kageyama (2004) e Wanderley (2001) apontam para a multifuncionalidade do espaço rural, marcado por atividades sociais, ambientais e culturais. Nesse contexto, os idosos que permanecem no campo preservam práticas tradicionais e sustentam a vida comunitária, mesmo enfrentando desafios decorrentes da escassez de políticas públicas e da distância dos serviços essenciais.

2.2.1 Lugar do idoso na agricultura familiar

O setor agropecuário brasileiro é marcado pela predominância da agricultura familiar, responsável por 77% dos estabelecimentos rurais do país, reunindo cerca de 3,89 milhões de propriedades, conforme o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019). Mesmo diante da expansão do agronegócio voltado à exportação, esse segmento se mantém como eixo central da produção de alimentos que abastecem o mercado interno.

A Lei nº 11.326/2006 define a agricultura familiar como aquela em que a gestão e a maior parte da força de trabalho são exercidas pela própria família, em estabelecimentos de até quatro módulos fiscais e com renda predominantemente oriunda das atividades desenvolvidas na propriedade (Brasil, 2006). Esse modelo integra trabalho, vida doméstica e identidade comunitária, articulando dimensões econômicas e culturais. Schneider e Cassol (2013, p. 1) observam que esses agricultores “produzem tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivem em pequenas



comunidades ou povoados rurais”, mantendo vínculos de reciprocidade que sustentam a sociabilidade rural.

Sua contribuição econômica é expressiva, especialmente na produção de alimentos básicos como feijão, mandioca, leite e hortaliças (IBGE, 2019). Além disso, absorve grande contingente de mão de obra, superando a capacidade empregatícia da agricultura patronal (IBGE, 2019). Para Wanderley (2009), essa característica torna o segmento estratégico para o desenvolvimento rural, sobretudo em regiões marcadas por desigualdades territoriais.

A agricultura familiar possui ainda um papel simbólico central na manutenção de práticas tradicionais de cultivo e na reprodução de saberes transmitidos entre gerações. Schneider e Cassol (2013, p. 2) ressaltam que “as formas de trabalho e produção familiares não apenas não desapareceram, mas em muitas situações conseguiram se fortalecer”, evidenciando sua resiliência frente às transformações introduzidas pela modernização agrícola.

Esse aspecto se torna especialmente relevante quando relacionado ao envelhecimento no campo. Muitos idosos permanecem na atividade, não apenas por necessidade econômica, mas porque a agricultura familiar constitui sua forma de vida e identidade. Beauvoir (1970) lembra que a velhice adquire sentidos distintos conforme o reconhecimento social dos mais velhos, e no rural a figura do idoso se associa ao prestígio de transmitir saberes.

Historicamente, a categoria “agricultura familiar” ganhou força a partir dos anos 1990, quando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) passou a institucionalizar o termo (Schneider; Cassol, 2013). Essa legitimação abriu caminhos para políticas de crédito, assistência técnica e incentivo à comercialização. No entanto, persistem desigualdades estruturais no acesso à terra, infraestrutura e tecnologia, como destacam Alves e Rocha (2010).

Apesar dos desafios, a agricultura familiar permanece essencial tanto pela relevância econômica quanto pela capacidade de preservar modos de vida e garantir a permanência de idosos e famílias no campo. Em um cenário marcado pelo êxodo rural e



pelo envelhecimento da população agrícola, esse segmento representa um caminho para promover desenvolvimento rural sustentável e culturalmente enraizado.

A trajetória histórica do campesinato brasileiro revela uma forte ligação entre trabalho, família e terra. Wanderley (1996, p. 2) enfatiza que, na agricultura familiar, “a família é a protagonista do sistema de produção”, articulando esforços para garantir subsistência, continuidade e pertencimento. Nesse contexto, o idoso ocupa posição central, tanto pela experiência acumulada quanto pelo papel simbólico de guardião das práticas que estruturam a vida rural.

Schneider e Cassol (2013) destacam que a agricultura familiar persiste justamente por integrar tradição e adaptação, o que torna o idoso um elo fundamental entre passado e presente. Sua presença assegura a continuidade de técnicas, valores e memórias, mesmo diante das mudanças impostas pela modernização.

Ao mesmo tempo, o envelhecimento no campo traz desafios específicos, sobretudo no que diz respeito à sucessão familiar. A migração de jovens em busca de oportunidades urbanas, processo já analisado por Camarano e Abramovay (1999), resulta em propriedades conduzidas majoritariamente por idosos, que permanecem ativos, porém sobrecarregados. Em regiões onde o agronegócio avançou de forma mais intensa, como o Centro-Oeste, essa pressão se acentua, colocando em risco a continuidade de pequenas unidades produtivas.

Nesse cenário, políticas públicas desempenham papel decisivo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, buscou apoiar o segmento com crédito e incentivos à diversificação produtiva. Entretanto, Schneider e Cassol (2013) observam que agricultores idosos enfrentam barreiras no acesso às políticas, seja pela burocracia, seja pelas exigências técnicas crescentes. Paralelamente, a aposentadoria rural garantida pela Constituição de 1988 se tornou importante fonte de segurança econômica. Gonçalves e Souza (2006) apontam que esse benefício movimenta economias locais e sustenta famílias inteiras.

Outro ponto sensível é a modernização agrícola. Embora tenha ampliado a produtividade, ela também aumentou a exigência por conhecimentos técnicos e manejo de equipamentos modernos, o que pode gerar distanciamento entre gerações. Muitos



idosos relatam dificuldades em lidar com novas tecnologias, enquanto seu conhecimento tradicional permanece indispensável. Laubstein (2011) afirma que o “novo rural” é justamente marcado pela coexistência entre práticas tradicionais e inovações, realidade que aprofunda essa convivência entre distintas temporalidades.

A identidade social do idoso agricultor difere daquela observada no contexto urbano. Enquanto nas cidades a velhice tende a ser associada à inatividade, no campo ela permanece vinculada ao trabalho e à produtividade. O idoso não abandona a rotina agrícola por completo; reduz o ritmo, mas mantém o cultivo e o cuidado com a terra como parte de sua existência. Beauvoir (1970, p. 190) observa que “a velhice só encontra sentido quando se inscreve numa comunidade que reconhece sua utilidade”, e na agricultura familiar esse reconhecimento ainda é visível.

Assim, o lugar do idoso na agricultura familiar é marcado por tensões e continuidades. Ele é figura-chave para a preservação de modos de vida, mas enfrenta obstáculos relacionados à sucessão, ao acesso a políticas públicas e às exigências da modernização. O envelhecimento no campo deve, portanto, ser compreendido como processo coletivo que envolve família, comunidade e Estado. O futuro da agricultura familiar depende da valorização desses sujeitos e da garantia de condições dignas para que continuem ocupando seu lugar na terra.

2.3 Identidade, memória e narrativa

Os versos da canção Romaria, de Renato Teixeira, “sou caipira, pira pora, nossa senhora de Aparecida”, expressam um sentimento de pertencimento que articula elementos de fé, memória e modo de vida. A letra evidencia a relação simbólica e afetiva entre o indivíduo e a terra, vínculo que também fundamenta a identidade do agricultor familiar idoso, construída ao longo de uma trajetória marcada pelo trabalho rural e pela permanência no território.

A experiência no campo produz marcas que ultrapassam a lógica produtiva. Como afirma Oliveira (2014, p. 174), a agricultura familiar se desenvolve em um “ambiente cultural híbrido”, onde tradições se articulam com novas práticas, renovando continuamente as identidades. Mesmo nesse cenário, a terra permanece como núcleo



simbólico: nela se inscrevem a memória familiar, o legado dos antepassados e o sentido de continuidade.

Como já retratado neste relatório, a visão da figura do “Jeca Tatu” (Monteiro Lobato 1918) reforça a ideia do meio rural como um espaço estagnado. Contudo, essa perspectiva vem sendo superada, como observa Laubstein (2011), à medida que o campo passa a ser reconhecido como território de diversidade cultural e transformação. Para os idosos agricultores, ele mantém valor afetivo e social: é referência de pertencimento mesmo diante da migração dos jovens e do avanço da urbanização.

A agricultura familiar carrega especificidades que vão além da produção. Abramovay et al. (2005) defendem que ela deve ser compreendida como um valor, pois articula “trabalho, propriedade e família” em um modo de vida singular. Esse entrelaçamento sustenta a identidade dos mais velhos, que encontram no cultivo, mesmo que de forma reduzida, uma maneira de reafirmar sua história e seu papel na comunidade.

É importante lembrar que essa identidade, porém, não é fixa. Oliveira (2014, p. 186) destaca que a agricultura familiar é atravessada por “hibridização cultural”, fenômeno que resulta do contato com o mercado, com políticas públicas e com saberes trazidos pelas novas gerações. O agricultor familiar torna-se, assim, sujeito multifacetado: produtor, comerciante, guardião de tradições e ator em constante adaptação. No caso dos idosos, essa condição se expressa na mediação entre práticas herdadas e demandas emergentes, preservando memórias ao mesmo tempo em que se abrem a mudanças.

A comparação com o contexto urbano evidencia contrastes importantes. Nas cidades, o idoso frequentemente perde espaço simbólico diante do ritmo acelerado da vida moderna. Já no campo, apesar das vulnerabilidades socioeconômicas, seu conhecimento e sua experiência seguem valorizados. Beauvoir (1970, p. 182) observa que, em diversas sociedades, os idosos detêm prestígio por transmitirem saberes acumulados ao longo da vida, algo que permanece visível nas comunidades rurais, onde essa transmissão é essencial para a continuidade das práticas agrícolas.

Ainda assim, desafios se impõem. A modernização, o êxodo rural e as pressões do agronegócio modificam práticas tradicionais. Oliveira (2014) aponta que atividades



antes voltadas ao autoconsumo foram ressignificadas e adaptadas à lógica de mercado. Há permanência, mas em novos moldes, o que demonstra como a identidade rural é continuamente reelaborada.

Em síntese, a identidade do idoso agricultor familiar emerge de um processo dinâmico, marcado pela coexistência entre tradição e mudança. Sustentada pela relação com a terra, pela memória e pelo trabalho, ela resiste mesmo diante da ausência de sucessores e das transformações estruturais do campo. A metáfora presente na canção de Renato Teixeira permanece pertinente: ser “caipira” não representa atraso, mas uma forma legítima de existir que se constrói pela terra, pelo tempo e pela história compartilhada.

2.4 Documentário como produto jornalístico

O desenvolvimento do documentário moderno, sobretudo a partir da transição das décadas de 1950 para 1960, transformou profundamente a relação entre cinema e realidade. A possibilidade de capturar falas, gestos e ações no exato momento em que aconteciam permitiu que cineastas produzissem filmes ancorados no fluxo da vida real, acompanhando os acontecimentos nos próprios ambientes onde se desenvolviam. Esse avanço técnico e estético marcou um período decisivo na história do documentário, tendo seus primeiros desdobramentos nos Estados Unidos, no Canadá e na França. A partir desse movimento, o cinema passou a estabelecer uma conexão mais direta com o presente, refletindo o “aqui e agora” e lançando um novo olhar sobre o mundo social.

Esse processo deu origem a abordagens que mais tarde seriam classificadas por estudiosos como “cinema direto” e “cinema verdade”. Embora os termos sejam com frequência utilizados como sinônimos, suas delimitações variam. Fernão Ramos Pessoa (2008) propõe diferenciar as categorias, indicando que o cinema direto se vincula à perspectiva observacional, enquanto o cinema verdade estaria associado ao modo interativo.

O enfoque observacional, também denominado “cinema direto”, busca o acesso mais imediato possível ao mundo filmado. Para isso, minimiza interferências da equipe técnica, exclui roteiros pré-definidos, músicas de fundo ou encenações e investe na



espontaneidade dos acontecimentos. Nos Estados Unidos, a Drew Associates se tornou uma produtora influente nesse estilo, valorizando a neutralidade na observação dos eventos.

Já na França, o debate ganhou contornos distintos. Sociólogos e etnólogos questionavam a simples presença da câmera, entendendo-a como forma de invasão de privacidade e discutindo os limites éticos da observação não autorizada. Nesse contexto, Jean Rouch argumentava que a neutralidade da câmera era ilusória, defendendo um uso que reconhecesse sua capacidade de provocar situações e interagir com elas (Nichols, 2009). Assim, a ideia de uma observação “pura” foi colocada em xeque.

O termo “cinema verdade” se consolidou com a intervenção do sociólogo Edgar Morin durante a realização de *Crônicas de Verão* (1961), codirigido com Rouch. Morin sugeriu que a expressão fosse adotada na divulgação do filme, o que contribuiu para sua ampla circulação. A noção de “verdade” no cinema, entretanto, sempre gerou problematizações, sobretudo nas ciências humanas. Mesmo quando um filme adere aos princípios do cinema direto, isso não significa que alcance uma representação objetiva da verdade. Muitos documentários trabalham com performances, recriações ou interpretações da realidade, como no caso de *One Hour* (2002), ainda que sigam princípios estéticos semelhantes aos do cinema direto.

Robert Drew e Richard Leacock, figuras centrais do documentário norte-americano, propuseram o termo “cinema direto” em oposição a “cinema verdade”. A expressão permanece a mais difundida até hoje, embora também traga desafios: não há como o cinema ser completamente “direto”, pois envolve sempre uma mediação — seja pela câmera, pela montagem ou pela relação entre quem produz e quem assiste. Ainda assim, o impacto do cinema direto está na criação da sensação de contato imediato com o real. Como afirma Nichols (2009), o documentário se enraíza na capacidade de transmitir uma impressão de autenticidade, herança que remonta ao surgimento do cinema, quando a ilusão de movimento passou a se aproximar do movimento real observado pelo olho humano.

A definição de “documentário” não se fecha em uma fórmula estática. Ele se constitui comparativamente, em contraste com a ficção e o cinema experimental.



Enquanto uma simples reprodução da realidade seria apenas uma cópia do que já existe, o documentário apresenta uma representação do mundo, orientada por ideias, perspectivas e intenções. Uma representação não deve ser julgada pela fidelidade ao original, mas pelo valor das ideias que articula e pelo ponto de vista que expressa. Por isso, os documentários não seguem um conjunto fixo de técnicas ou temas; constituem uma prática em constante reinvenção, na qual obras prototípicas expandem limites e influenciam gerações seguintes.

Nichols (2009) destaca que a “voz do documentário” desempenha papel fundamental. Ela pode defender uma causa, apresentar um argumento ou transmitir uma perspectiva, buscando persuadir pelo poder de sua construção discursiva. A forma como essa voz se articula — textual, estética ou eticamente — orienta a interação entre obra e público.

Para compreender a variedade do documentário, Nichols propõe seis modos de representação: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático. Cada modo responde a inquietações específicas surgidas ao longo da história do cinema. O modo observativo, por exemplo, emergiu com tecnologias mais leves e discretas, enquanto o participativo ganhou força quando cineastas deixaram de ocultar sua presença diante da câmera. Nessas transformações, evidencia-se que a representação nunca é absoluta: as imagens carregam limitações e podem ser manipuladas antes, durante ou após a gravação.

Além disso, documentários frequentemente representam interesses que vão além do olhar do cineasta, falando em nome de sujeitos filmados, instituições ou do público. O Pentágono à venda, por exemplo, investiga o uso do poder político nos Estados Unidos, representando tanto interesses da sociedade quanto da própria rede de notícias responsável por sua produção, como observa Nichols (2009).

A relação entre documentário e jornalismo é igualmente relevante no campo comunicacional. Bezerra (2014, p. 21) afirma que “o cinema direto também é de modo geral associado ao jornalismo”, sustentando que tanto o repórter quanto o documentarista expressam um ponto de vista, consciente ou não. Ambos compartilham a conexão com a realidade e os desafios éticos inerentes a essa representação, debatendo conceitos



como objetividade e verdade desde o início de suas trajetórias. Para o autor, reportagens e documentários são manifestações da realidade filtradas por recortes visuais e informativos, guiadas por uma dimensão ética e, muitas vezes, estética.

No entanto, diferenças fundamentais separam as duas práticas. Enquanto o cineasta documentarista utiliza o filme como instrumento de historiografia e militância, buscando aprofundar compreensões, provocar reflexão e, por vezes, assumir posição política, o correspondente jornalístico se orienta pelos princípios da objetividade e do direito à informação. Como explica Bezerra (2014, p. 164), “enquanto o cineasta faz do documentário um instrumento de historiografia e militância, os correspondentes vislumbram a objetividade jornalística sob a ótica do direito à informação”. O jornalismo se compromete com a pluralidade de versões dos fatos, apresentadas de forma equilibrada e transparente, de modo a permitir que o público forme seu próprio julgamento.

As duas práticas, no entanto, coexistem no campo comunicacional e contribuem para o debate público. O documentário impacta pelo engajamento emocional e intelectual; o jornalismo, pela precisão factual e pela responsabilidade informativa. Ambos ampliam o repertório social e fortalecem a circulação de ideias na esfera democrática (Bezerra, 2014).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Raízes do Tempo nasceu da intenção de olhar para aquilo que, muitas vezes, passa despercebido: o envelhecer silencioso no campo, onde as histórias se misturam à terra e as memórias parecem estar plantadas entre as árvores, nos galpões, nos gestos antigos. Ao longo de sua construção, o documentário se transformou não apenas em um produto jornalístico, mas em uma travessia. A pesquisa, a imersão em campo, as horas de conversa e convivência com os idosos agricultores familiares revelaram uma narrativa que se escreve no ritmo da vida rural. Um tempo mais lento, mais profundo, e marcado pela hora de plantar e colher.

Durante o processo de produção, o roteiro passou por mudanças que refletem essa descoberta. Aquilo que antes seria narrado por uma voz externa encontrou maior força nas falas dos próprios protagonistas, que, com suas memórias e afetos, conduziram a história com autenticidade. O resultado é uma obra que não apenas informa, mas convida o espectador a entrar no território emocional desses personagens, reconhecendo neles a dignidade quase invisível que sustenta o Brasil rural.

Os resultados obtidos evidenciam que o envelhecimento na zona rural de Campo Grande/MS guarda singularidades profundas. Diferentemente do ambiente urbano, onde o idoso muitas vezes se dissolve na pressa e na lógica produtivista, no campo ele permanece como raiz viva de uma memória coletiva. As imagens captadas (as mãos que trabalharam na terra, os olhares que atravessam décadas, a terra que foi plateia da vida acontecendo) revelam que a velhice rural não é apenas um estágio da vida, mas um modo de existir, teimosamente ligado ao território e às tradições. Cada relato colhido durante a pesquisa reafirma que esses idosos carregam não só sua própria história, mas parte da história do país, guardada em detalhes que só a sensibilidade do documentário é capaz de revelar.

Essa obra cumpre, portanto, seu papel jornalístico e humano: ilumina aquilo que costuma permanecer à margem, preserva memórias ameaçadas pelo esquecimento e devolve visibilidade a sujeitos que sustentam muito mais do que suas próprias rotinas. Raízes do Tempo não pretende oferecer respostas definitivas, mas abrir espaço para



perguntas: o que permanece quando o corpo envelhece? O que resiste quando o tempo passa? E como preservar, no presente, aquilo que construiu o passado?

Ao concluir este projeto, fica evidente que o documentário não é apenas registro, mas encontro. Encontro entre a pesquisa e a emoção, entre o jornalismo e a poesia, entre o presente e aquilo que insistimos em não deixar desaparecer. É transformar histórias de vida em legado, e memória em permanência, para que o tempo, que é tão implacável quanto generoso, não leve consigo o que essas pessoas dedicaram uma existência inteira para cultivar.



4.REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. **Agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2005.

ALVES, Eliseu; ROCHA, José. **Agricultura familiar: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Revista de Política Agrícola, v. 19, n. 4, p. 5–23, 2010.

BARROS, B. **Há 40 anos, DDT precipitou restrições**. Valor Econômico, São Paulo, 22 nov. 2010. Agronegócios, p. B12.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. São Paulo: Planeta, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEZERRA, Julio. **Documentário e Jornalismo** — Propostas para uma Cartografia Plural. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **A importância da agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para Discussão IPEA, n. 621, 1999.

JEan Rouch; EDGAR Morin. **CRÔNICAS de Verão (Chroniques d'été)** [S.l.]: Pathé Contemporary Films; Les Films de la Pléiade, 1961. 1 filme (90 min), son., P&B, 35 mm.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 212 p.41 – 49.



GAZZOLA, Ana Lúcia; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e previdência social: os impactos das aposentadorias rurais na reprodução social das famílias.** *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, n. 2, p. 253–285, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo – Resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 11 de junho de 2025

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 11 de junho de 2025

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: Armand Colin, 2000.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. **A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade.** *Aurora*, Marília, v. 5, n. 8, p. 92–100, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1277>. Acesso em 16 de agosto de 2025

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 1969.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, José Marques de. **Jornalismo documental.** São Paulo: Paulus, 2009.

MENDRAS, Henri. **Sociologie rurale.** Paris: Armand Colin, 1976.

NASCIMENTO, Marcelo de Maio. **A velhice segundo Simone de Beauvoir: considerações para uma gerontologia do envelhecimento.** *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 25, n. 3, p. 237–250, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.51283/rc.v25i3.12055>. Acesso em 16 de agosto de 2025

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Tradução: Mariana Hattner. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2016.

OLIVEIRA, Evandro de. **Agricultura familiar e sua identidade cultural no espaço rural.** *Revista Ciências Humanas – UNITAU*, v. 7, n. 2, p. 173–188, 2014.

PIGNATTI, Marta Gislene; BARSAGLINI, Reni Aparecida; SENNA, Giselle Dantas. **Envelhecimento e rede de apoio social em território rural do Pantanal mato-grossense.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 21, n. 4, p. 1469–1491, 2011.



QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaio de sociologia rural**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago: Rimisp, 2013.

TEIXEIRA, Renato. **Romaria**. São Paulo: Warner Music, 1977.

THOMSON, Alistair. **The oral history reader**. Londres: Routledge, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87–145, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: permanências e inovações**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 27–55, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: novas leituras**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, n. 1, p. 69–100, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 6, p. 1–32, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Active ageing: a policy framework**. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-NPH-02.8>. Acesso em 15 de agosto de 2025.



5. ANEXOS

5.1 Roteiro

O roteiro do documentário “Raízes do Tempo” passou por diversas reformulações ao longo do processo de desenvolvimento, refletindo a busca por uma linguagem mais autêntica e coerente com a proposta do trabalho. Inicialmente, o projeto previa a presença de narrações em off, conduzidas em terceira pessoa, com o objetivo de contextualizar as falas dos personagens e reforçar o aspecto informativo da narrativa. No entanto, ao longo da produção, optou-se por retirar essas intervenções e permitir que as vozes dos próprios personagens conduzissem a história. Essa decisão resultou em uma narrativa mais natural e sensível, aproximando o espectador das experiências e percepções dos protagonistas, e valorizando a oralidade e a vivência dos idosos retratados, elementos centrais para a compreensão do processo de envelhecimento no meio rural.

////////////////////

ABERTURA

IMAGENS: Lagoa Itatiaia.

SOM AMBIENTE

OFF VÓ VERA: “O tempo só anda de ida. A gente nasce, cresce, envelhece e morre. Para morrer, é só amarrar o tempo no poste. Eis a ciência da poesia: amarrar o tempo no poste.” (Manoel de Barros)

RAÍZES DO TEMPO

SOM AMBIENTE + TRILHA VIOLA

ATO I – O TEMPO

SONORA SEU MANOEL: *Meu nome é Manoel Luca da Silva, sou nascido desde 12 de 56. Eu nasci no estado de Alagoas, fui criado no Paraná, saí da lavoura com 20 anos. Fui para São Paulo, aí São Paulo não deu bom, voltei para o Paraná outra vez, Aí, nós fomos para São Paulo, e de São Paulo viemos aqui para o Mato Grosso. Estou com 40 anos aqui já, e a minha vida mais foi dedicada na lavoura. Eu, meu pai, meus irmãos, nós é em 11, e a gente viveu na parte da lavoura, trabalhamos a maior parte na lavoura.*

IMAGENS DE APOIO: SEU MANOEL + QUADROS DA CASA DO SEU MANOEL

SONORA PROFESSOR EDUARDO: *“velhice sempre existiu. O que tem de novo hoje é que a velhice está nos acompanhando no cotidiano, porque as pessoas estão se vivendo mais tempo e estão nascendo menos jovens. Então, é uma base que ela vai desequilibrando. Então, você tem mais pessoas idosas e vivendo por mais tempo em maior número.”*

IMAGENS DE APOIO CASA DO SEU MANOEL + SOM AMBIENTE

SONORA PROFESSOR EDUARDO: *- Então, você tem uma sociedade também que valoriza o consumo. Ela tem essa valorização do consumo. E no consumo acelerado.*



Então, essa ideia de descartabilidade das coisas, tudo bem. Ela também vai impregnar nossa imagem, nossa memória, nosso sentimento das pessoas. Então, parece que a pessoa que passou nos 60 já deu prazo. Como se tivesse uma data de validade para essa pessoa ser considerada, vista, reconhecida.

ATO II - A TERRA

SOBE SOM

IMAGENS DE APOIO CASA DO SEU MANOEL///TRILHA VIOLA + SOM AMBIENTE

SONORA MANOEL: *Isso aqui demorou 16 anos. 16 anos para eu conseguir esse lote aqui do INCRA no assentamento. Foi 16 anos de acampamento. Não foi ontem. Mas valeu a pena, graças a Deus.//////////*

SONORA PROFESSOR EDUARDO: *continuar trabalhando. É um pouco da ideia de autonomia, é muito com a ideia de pertencimento a esse espaço, campo, é a minha horta, é a minha plantação, a minha criação. É uma ideia daquilo que faz parte da sua vida mesmo, da sua identidade//////////*

SONORA MANOEL: *Eu procurei pra eles. Vocês querem que vamos vender isso aqui? Não dá muita coisa, mas chega lá naquelas favelas bravas lá, dá pra comprar lote pra cada um. Deus me livre, guarda. Aqui é uma cidade. É o que eu falei, o recurso tá aqui.//////////*

SONORA PROFESSOR EDUARDO: *é diferente. Sempre é diferente. Aliás, envelhecer é uma experiência única. A gente tem questões sociais envolvidas. Não vamos negá-las, até porque elas fazem parte da nossa Constituição. Não é só biológico, não é só o tempo que passa, a pele que enruga, o cabelo que embranquece ou as rugas que aparecem. Não é só isso. [...]. Agora, se a gente for tentar construir uma ideia de média do que se espera de uma vida no campo, em média, do que se espera, do que se a gente consegue vislumbrar de uma vida numa cidade grande, como é campo grande, Uma das características dominantes, como você mesmo falou, numa cidade grande, é a celeridade, é a pressa. Essa celeridade do tempo, de correr, de fazer, essa é a característica da cidade grande. Então, isso vai impactar no processo de envelhecimento, sim vai ter impacto, sim, na vida.//////////*

SOBE SOM VIOLA + SOM AMBIENTE

ATO III - A MEMÓRIA

IMAGENS DE APOIO

SONORA MANOEL: *Eu sou, e demais. E mais feliz aqui, falando com vocês. Quem diria que nós íamos nos encontrar um dia para fazer uma palestra assim, conversar, ter a felicidade de ideias que a gente está tendo? Eu não sabia disso. Você sabia? Não. Tudo é por Deus. Tudo é por Deus e por o lugar que a gente vive [...] Por isso que é bom viver bem. É bom viver 80 anos, 90 anos, 100 anos. Fica uma legada dos seus filhos, dos seus netos, bisnetos, tataranetos. Nós não lembramos, cara, o teu pai, O pai do teu pai, do teu pai não sei de o quê, e avô, bisavô não sei de quem que ficou pra trás. Existiu esse pessoal. Nem conhecimento de falar pra nós, nós temos. Mas que houve, houve. Você entendeu? Hoje não. Hoje tá tão fraco o pessoal. [...] Porque as doenças estão matando rápido, né? Outro casa tem um filho, dois, e o filho nem enxerga direito o pai, e ele já morreu. As coisas estão indo dessa maneira. Nós temos que dar, por isso que eu digo, eu sou contente, tenho que dar graça a Deus. Eu vendo bisneto aí, rapaz. Vendo bisneto. Eu sou feliz, cara, graças a Deus.//////////*



IMAGENS DE APOIO NA CASA DO SEU MANOEL SOBE SOM TRILHA TRILHA + SOM AMBIENTE

SONORA PROFESSOR Não é uma coisa que quem vive no meio mais urbanizado vai ter. Aqui, normalmente, não tem esse vínculo. Você pode ter um pedacinho de terra, que é a sua casa, mas nem isso é muito... Eu acho que não é uma regra que as pessoas se apeguem tanto Eu gostava muito, eu tenho mais uma tendência de gostar do bairro, Taveropolis, o bairro onde a minha infância, onde eu passei. Hoje eu não tenho mais também, não. Eu acho que ele também vai vencendo. Mas eu brincava com a minha esposa, eu falava assim, quero voltar lá, que é lá onde o meu umbigo está enterrado. Porque a gente nasce com um bico, ele seca e depois vai pra onde? Então eu quero ficar aqui. É mais ou menos um pouco isso, sabe, do pertencimento. E eu acho que tem muito a ver isso com a identidade, tem muito a ver com a subjetividade, tem muito a ver com esse pertencimento a esse local. As pessoas, às vezes, que nem você falou, tem um cara, ah, eu quero ser enterrado aqui.//////////

SONORA SEU MANOEL: Isso é muito gratificante para mim. de uma maneira especial, por causa que eu, muitos não têm a sorte que eu tenho. Porque tem muita gente na cidade lá, se você olhar, os velhinhos estão com 80, 70, nunca teve 12 por 30, mora de aluguel, você entendeu? Toda a vida eu tive minha casa, meu ranchinho, meu sossego, minha paz com a minha família, você. Às vezes não merecia tanto, mas olha aí, que sossego. Há paz pra mim e pra eles. A gente toda a vida teve uma casa na rua, continuamos tendo, mas que nem aqui não tem. Aí olha, rapaz, olha o sossego. Aqui não precisa ficar... Será que o filho do vizinho aí disse que tá roubando, tão caçando ele pra matar, de repente sai um tiroteio e mata a gente aqui? Não precisa ter medo, só não sei que isso aí é uma coincidência. Em nome de Jesus não vai ter. Nunca. Mas eu vou falar a verdade. O bom daqui é isso. Você deita de noite, mas dorme, dorme, dorme mais do que a cama"//////////

ENCERRAMENTO

IMAGENS LAGOA ITATIAIA.

TRILHA VIOLA + SOM AMBIENTE

OFF: O tempo passa. A terra envelhece. Mas quem vive dela permanece. Porque há quem saiba, como Manoel de Barros ensinou, que a poesia é isso: amarrar o tempo no poste.

RAÍZES DO TEMPO + CRÉDITOS

//////////



5.2 Pôster do documentário

O pôster de divulgação do documentário “Raízes do Tempo” foi elaborado com o intuito de traduzir visualmente a essência da obra e o tema central do Trabalho de Conclusão de Curso. A imagem do idoso apoiado em uma bengala, posicionada sobre um terreno do qual se estendem raízes profundas, simboliza a ligação entre o tempo, a terra e a memória, elementos que estruturam a narrativa do documentário. As cores terrosas reforçam a relação com o ambiente rural de Campo Grande, cenário onde se desenvolve a história, ao mesmo tempo em que remetem à simplicidade e à força da vida no campo. O título em destaque, aliado à composição minimalista, busca despertar sensibilidade e reflexão sobre o envelhecimento e o pertencimento ao espaço rural, aspectos centrais investigados na produção audiovisual.

